



SINDSAÚDE - SP

FETSS CNTSS CUT

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - Ano XIII - Nº 87 - Abril/2005

Campanha Salarial 2005

Assembléia aprova indicativo de greve

Trabalhadores da saúde em assembléia no dia 8 de abril aprovaram por unanimidade indicativo de greve, caso o governo Alckmin não apresente proposta decente de melhoria salarial.

Este mês serão realizadas reuniões, assembléias e plenárias regionais para debater e organizar nossa mobilização.

Faça sua parte. Organize-se em seu local de trabalho, reúna-se com seus represen-

tantes sindicais e converse com a população, mostrando o que realmente acontece na área da saúde pública. Vamos entregar nossa carta aberta à população e denunciar o des-caso do governo estadual.

Vamos reverter esse quadro.

Somente a nossa mobilização conseguirá fazer o governador **respeitar** de fato todos nós, trabalhadores e usuários da saúde.



Foto: Parizotti

ASSEMBLÉIA GERAL

6 de maio
Local a definir

Vamos entender

O atual cenário político e econômico

As mudanças que ocorreram em março na Assembleia Legislativa abriram mais um espaço para nossa luta. Nos últimos 10 anos, o PSDB - partido do governo Alckmin - deteve o controle total. Isso mudou. Agora será possível pressionar os parlamentares para que façam a discussão e a votação de medidas de interesse popular.

No dia 12 de abril, a CUT lançou na Assembleia Legislativa a campanha salarial unificada dos trabalhadores públicos estaduais, representando 19 sindicatos, inclusive o **Sindsaúde-SP**.

O orçamento do estado e o funcionalismo

Nesse evento, o PT fez uma exposição sobre o orçamento do estado, mostrando inclusive que há verba para aumento salarial. De 1998 a 2004, houve um excesso de arrecadação de R\$ 21,1 bilhões e atualmente a despesa com pessoal está abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro destaque do balanço foi a análise sobre a renúncia fiscal.

Parte do dinheiro que o estado arrecada com o ICMS, por lei, deve ir para os municípios, educação e saúde.

Com a renúncia do estado, o município de São Paulo, por exemplo, perderá R\$ 57,6 milhões. A área da educação perderá R\$ 290,4 milhões e a saúde, R\$ 116,2 milhões.

O governo estadual compensou essa perda com elevação de outras taxas, como a do licenciamento e da justiça. Essa medida deverá represen-

tar este ano um ganho de R\$ 470 milhões livre de vinculação. Isto significa que esse recurso não precisa retornar para as áreas de onde foi retirado.

Essa política além de elevar outros impostos prejudica áreas essenciais para a população como a educação e a saúde.

Gasto com Pessoal do Executivo Lei de Responsabilidade Fiscal	
I-Receita Corrente Líquida	R\$ 49.479.722.000
II-Despesa Líquida com pessoal	R\$ 22.031.646.000
III-Limite Legal - 49%	R\$ 24.245.063.780
IV-Limite Prudencial - 46,5%	R\$ 23.008.070.730
V-Percentual gasto (III/IV)	44,53%
VI-Diferença Limite Prudencial / Despesa Pessoal	R\$ 976.424.730
VII-Diferença Limite Legal / Despesa Pessoal	R\$ 2.213.417.780

Fonte: Diário Oficial do Estado - 29/01/2005

Como construímos nossa campanha salarial

Nossa pauta foi construída a partir das questões levantadas e debatidas nas *Comissões Sindicais de Base (CSBs)* em todas as regiões do estado. A partir do material reunido, o *Conselho Estadual de Delegados Sindicais de Base* elaborou a pauta de reivindicações.

No dia 23 de março, o **Sindsaúde-SP** entregou nossas reivindica-

ções ao governador Geraldo Alckmin, aos secretários da Casa Civil e da Saúde, aos coordenadores de Recursos Humanos/SES, de Serviços e Regiões da Saúde, ao Conselho Estadual da Saúde, à Presidência e às lideranças de todos os partidos da Assembleia Legislativa de São Paulo.

No dia 8 de abril, realizamos nossa primeira **Assembleia Geral** com trabalhadores de todas as regiões do estado que demonstraram o descon-

tentamento diante da atual situação da saúde e a indignação com o aumento do prêmio de incentivo apenas para chefias e cargos de confiança.

Nossa pauta

- Fim do assédio moral
- Reposição das perdas salariais
- Melhores condições de trabalho e atendimento à população
- Jornada de 30 horas semanais para todos

- Plano de Carreira/Incorporação das gratificações ao salário
- Aumento do vale-refeição de R\$ 4 para R\$ 10
- Manutenção do emprego e contratações através de concurso
- Pela melhoria do atendimento do lamspe
- Prêmio de Incentivo para trabalhadores municipalizados, do HC/SP, HC/RP e do Instituto Dante Pazzanese



Indignação geral

Prêmio de Incentivo apenas para chefias



Todos os trabalhadores estaduais da saúde estão revoltados com a política do atual governo de conceder reajuste no prêmio de incentivo apenas para chefias.

Nossa luta é por salário digno, mas não podemos aceitar essa medida discriminatória implementada pela Secretaria Estadual da Saúde.

O governador fala bastante nas propagandas em competência, modernidade e transparência, mas faz política de pessoal da forma mais ultrapassada: aumenta o salário das chefias e ignora todos os profissionais que prestam efetivamente o atendimento ao público.

Em uma reunião com o coordenador de recursos humanos da Secretaria Estadual de Saúde, dirigentes do **Sindsaúde-SP** protestaram contra o aumento do prêmio de incentivo em até 370% apenas para

chefias e cargos de confiança. Como resposta, o governo argumentou que o prêmio das chefias e dos cargos de confiança estava com distorção.

E a maioria dos trabalhadores que, não é chefe, nem assistente, nem coordenador ou secretário da saúde e que atende diariamente à população, sem material, sem local adequado, lidando com o limite entre a vida e a morte? Não estão com os salários distorcidos? Que critérios o atual governo usou para fazer a tal correção de distorção?

Os critérios e a tabela de aumento deveriam ser publicados no Diário Oficial pelo executivo. É uma obrigação constitucional da administração pública dar transparência a seus atos. Mesmo sem dados oficiais, o **Sindsaúde-SP** buscou informações para esclarecer os trabalhadores e constatou que o aumento para

variou de 11% a 370% apenas para chefias, assistentes, coordenadores e diretores da secretaria.

Além disso, essa gratificação não abrange toda a categoria: 38 mil trabalhadores da saúde não receberem nada.

Essa é a política de pessoal do governo Alckmin que determinou por critérios obscuros trabalhadores de primeira classe – chefias e cargos de confiança; trabalhadores de segunda classe, com prêmio de incentivo inferior, e trabalhadores de terceira classe, sem direito nenhum.

Vamos mudar essa situação.

Vamos nos unir e mostrar quem realmente trabalha pela saúde da população e merece salário digno e condições de trabalho.

Próximos passos

A Assembléia Geral de 8 de abril deliberou:

Durante todo o mês de abril, realizar reuniões, assembléias e Plenárias Regionais para debater e organizar a possibilidade de greve.

Buscar apoio das Câmaras Municipais, de parlamentares (vereadores e deputados, etc.) e de entidades da região.

Realizar atividades envolvendo a população como atos públicos, distribuição da carta aberta e panfletagens.

Realizar atividades do **Caça Governo**, fazendo manifestações e a entrega de documentos para o governador Alckmin, o secretário de saúde Barradas e ou-

tras autoridades governamentais quando visitarem sua região.

Participar da **Assembléia Geral** no dia **6 de maio** para avaliarmos nosso movimento e as condições para a greve. Nos locais onde houver condições, realizar paralisação no dia da Assembléia.



Carta aberta à população

Vamos entregar a carta aberta de nossa campanha salarial aos usuários dos hospitais e unidades de saúde pública, conversando com cada pessoa e sensibilizando-a para nossa luta.

Nossas reivindicações são justas.

Há mais de 10 anos, trabalhadores e população sofrem as consequências da incompetência do atual governo. Vamos denunciar as péssimas condições de trabalho e atendimento, a falta de material e pessoal e deixar claro de quem é a responsabilidade.

O governador faz parecer que somos os culpados pela quali-

dade ruim da saúde pública. Vamos mostrar a verdade, denunciando os descasos que vemos e sofremos todos os dias. Vamos denunciar o desmonte da saúde pública que vem sendo implementado e o desvio do dinheiro para a saúde privada.

Não faltam casos para ilustrar a deterioração da saúde em São Paulo.

A TV Globo, nos jornais SPTV de 30 de março, mostrou a falta de condições e de pessoal para atender a população do Hospital de São Mateus, rede estadual, e do Hospital Geral do Grajaú, administrado por uma organização social.

No interior do estado, o problema não é diferente. O jornal Tribuna Imprensa publicou uma reportagem no dia 7 de abril sobre as

péssimas condições do hospital Nestor Goulart Reis, em Araquara. A precariedade do hospital foi tema de uma audiência pública no dia anterior na Câmara Municipal da cidade. Um dos casos relatados é de um paciente que entrou no hospital por causa de uma forte diarreia e saiu com sarna, contraída pelo contato direto entre pacientes e vários tipos de animais, desde cães até ratos.

Esses e outros absurdos acontecem nos hospitais e unidades estaduais de saúde todos os dias.

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Respeito pelas pessoas é saúde pública de qualidade

RESPEITO PELAS PESSOAS É: SAÚDE BOM E CUIDADOS DE TRABALHADO?

Fim do Assédio Moral

Você, usuário do sistema público de saúde, tem direito a atendimento digno, atencioso e respeitoso por parte dos profissionais da saúde, em local adequado, com informações claras, sem filas ou discriminação. (Lei Estadual 10.241/1999)

A realidade, no entanto, é outra. O atendimento é precário: longa espera em local inadequado, falta de materiais e de profissionais.

Você tem direito a consultas com hora marcada antecipadamente de forma a não esperar mais que 30 minutos. No entanto, para ser atendido, você levanta cedo e fica horas a espera de sua consulta.

Você tem direito a informações claras, simples e compreensíveis bem como acesso a seu prontuário a qualquer momento. Na prática, você, que já está com a saúde comprometida, ainda sofre a angústia de não saber exatamente o que tem.

Isso não é justo.

A demora no atendimento e os transtornos que você enfrenta são, na maioria das vezes, por falta de pessoal e de estrutura física mínima em boa parte das unidades de saúde. E isso não é culpa dos trabalhadores da saúde.



Dia Internacional do Trabalhador

A principal bandeira de luta do Dia Internacional do Trabalhador é a reforma sindical: um importante passo para implementar a liberdade e autonomia sindical.

Para comemorar o 1º de Maio, a CUT promoverá um mega-ato na avenida Paulista. A expectativa é reunir um milhão de trabalhadores, repetindo o número de participantes de 2004.

O objetivo do evento é envolver a sociedade no debate das principais reivindicações da classe trabalhadora e divulgar as atividades da CUT. Vamos todos participar.